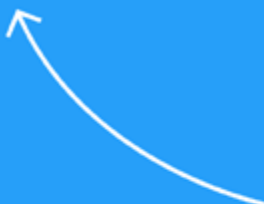


descomplica

HORA DO *TREINO DE* HISTÓRIA



EXERCITAR
DÁ JOGO
NO ENEM

TREINAR OS TOP CONTEÚDOS DÁ JOGO NO ENEM

Nosso time de craques analisou mais de 900 questões do Enem e descobriu quais são os assuntos que mais caíram nos últimos cinco anos de prova. E para te ajudar a focar neles, montamos esse material com as questões mais quentes de cada disciplina e gabarito comentado.

Agora é hora de calçar a chuteira e começar a aquecer porque o jogo tá chegando, viu?

Bom treino!



HISTÓRIA



1. BRASIL REPÚBLICA

Caiu 5 vezes no Enem 2017

Caiu 7 vezes no Enem 2018

Caiu 1 vez no Enem 2019

Caiu 1 vez no Enem 2020

Caiu 2 vezes no Enem 2021

O período conhecido como “Brasil República” começa em 1889 e segue até os dias atuais, sendo um dos assuntos mais cobrados no ENEM nos últimos anos. Nesses mais de 100 anos de história republicana, podemos acompanhar diferentes formas de governo, projetos econômicos e grandes mudanças sociais e culturais. Para melhor estudarmos essa fase, dividimos a história da República no Brasil nos seguintes períodos:

- a) Primeira República (1889-1930)**
- b) Era Vargas (1930-1945)**
- c) República Liberal Democrática (1946-1964)**
- d) Ditadura Civil-Militar (1964-1985)**
- e) Nova República (1985-Dias atuais)**

Apesar de todos esses períodos terem aparecido de alguma forma nos últimos anos do ENEM, alguns tópicos foram mais presentes do que outros. Nesse caso, a Primeira República foi o período que recebeu maior destaque, sendo um importante momento de transição do Império para a República, com a consolidação do novo regime político, das novas elites e das novas formas de trabalho.

Primeira República (1889-1930)

O início da história republicana no Brasil é dividida em dois períodos:

- **República da Espada (1889 – 1894):** período marcado pelos governos militares de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. Tiveram o propósito de evitar uma possível resistência de setores monarquistas e buscaram consolidar o regime republicano.
- **República Oligárquica (1894 – 1930):** período marcado por governos das oligarquias rurais cafeicultoras, coronelismo, política do café com leite e as práticas de manipulação do processo eleitoral.

A prova do Enem costuma focar bastante na República Oligárquica, portanto, vamos dar um enfoque maior ao período. O primeiro presidente civil eleito foi Prudente Moraes (1894–98), marcando o início da hegemonia dos cafeicultores e o início da chamada República Oligárquica. O “governo de poucos” estava ligado à consolidação do café como o carro-chefe da economia brasileira desde a segunda metade do século XIX. O domínio do produto evidenciou o poderio dos cafeicultores; que, a partir de 1894, passaram a dominar o cenário político brasileiro. Tal controle só foi possível porque a Constituição de 1891 pautou o federalismo como forma de governo e assegurou a autonomia dos Estados brasileiros.

No governo de Campos Sales (1898–1902), uma fórmula política duradoura foi elaborada: a “política dos governadores”. Com ela, o presidente da república apoiava os governos estaduais e seus aliados (as oligarquias estaduais) e, em troca, os governadores garantiam a eleição para o Congresso dos candidatos oficiais. Com isso, o Legislativo, constituído por deputados e senadores aliados ao presidente – poder Executivo –, aprovavam leis de seu interesse. Evitava-se, assim, o conflito entre os poderes. Logo, em cada Estado existia uma elite dominante que, aliando-se ao governo federal, se perpetuava no poder. Existia também uma oligarquia que dominava o poder federal, representada pelos políticos paulistas e mineiros. A aliança entre São Paulo e Minas Gerais, os estados mais poderosos e cujos líderes políticos se revezavam na presidência, ficou conhecida como **“política do café com leite”**.

Em suma, era uma troca de favores políticos entre governadores e presidente. O presidente apoiava os candidatos dos partidos governistas nos estados, enquanto estes políticos davam suporte à candidatura presidencial. Além disso, com a Proclamação da República e a adoção do federalismo, os coronéis passaram a ser figuras dominantes no cenário político dos municípios. O coronel era um grande fazendeiro que utilizava seu poder econômico para garantir a eleição dos candidatos que apoiava. Era usado o **voto de cabresto**, em que o coronel (fazendeiro) se utilizava da violência para que os eleitores de seu “curral eleitoral” votassem nos candidatos apoiados por eles. Como o voto era aberto, os eleitores eram pressionados e fiscalizados por capangas do coronel, para que votassem nos candidatos indicados. O coronel também utilizava outros “recursos” para conseguir seus objetivos políticos, tais como: compra de votos, votos-fantasmas, troca de favores, fraudes eleitorais e violência.

Da modernização a exclusão

Em 1889, a República foi instalada no Brasil com promessas de mudanças, propondo ideais de **modernização** e falando em abandonar as velhas tradições monárquicas. O que era entendido como o “novo”, no entanto, não alterou as estruturas socioeconômicas do país, pois as desigualdades sociais permaneceram como uma grande questão e o exercício da cidadania, mesmo com a



nova Constituição, continuou muito restrito.

A República chegava, mas a população mais pobre do campo e das cidades, sobretudo os negros e mestiços, continuaram marginalizados dessa modernização.

No campo, a realidade brasileira era de um grande afastamento dos Governos, que muitas vezes colaboravam com os coronéis, permitindo que eles dominassem grandes territórios e a população local. Já nas cidades, sobretudo no Rio de Janeiro, a capital, os projetos urbanísticos almejavam um ideal de progresso e de modernização dos grandes centros, mas sempre custando caro para os mais pobres. Em reformas urbanas, como as realizadas pelos prefeitos Pereira Passos e Carlos Sampaio, muitos cortiços foram destruídos, famílias pobres despejadas e forçadas a se afastar para as periferias.

Além dessa marginalização, que ocorria com aval de muitos sanitaristas, o início do século XX também foi marcado pelas políticas de embranquecimento. Teorias como a eugenia eram bem aceitas entre as principais figuras políticas e cientistas do período, que acreditavam que a segregação e o desaparecimento de negros e mestiços poderia resultar em uma “melhoria” para a composição racial brasileira e, consequentemente, em um progresso para o país.

Apesar de hoje teorias como a da eugenia e da hierarquização das raças serem amplamente rejeitadas pela comunidade científica e consideradas racistas, na época eram aceitas e utilizadas para justificar os ataques da elite e do Estado aos negros, mestiços e pobres.

Visto isso, nesse contexto de violência, desigualdade, exclusão e abandono, muitas revoltas explodiram pelo país exigindo melhores condições de vida ou criando condições para resistir aos problemas dessa época.

Movimentos messiânicos como a resistência de Canudos e Contestado, revoltas como a da Chibata e da Vacina, fenômenos como o do Cangaço e o surgimento do próprio tenentismo revelam essa grande insatisfação popular.

A crise dos anos 1920

Entre os anos de 1919 e 1930, a República brasileira passou por momentos conturbados, como a crise de 1929 e a queda no preço do café, que desencadearam o desgaste da oligarquia cafeeira e impulsionaram novas figuras políticas. Nessa conjuntura, o ano de 1922 foi um dos mais movimentado devido ao grande questionamento político, com a fundação do Partido Comunista e o surgimento do movimento tenentista, e as transformações culturais, com a Semana de Artes Modernas.

Era Vargas

Em 1930, após a eleição de Júlio Prestes como presidente e a morte de João Pessoa, aliancistas liderados por Getúlio Vargas iniciaram o processo conhecido como a “Revolução de 1930”, que marcou o começo da chamada “Era Vargas”. O período pode ser dividido da seguinte forma:



- **Governo Provisório (1930 – 1934):** período de reorganização do país, com a criação da Justiça Eleitoral, do Código eleitoral e da Constituição de 1934, que garantiu o direito de voto as mulheres após anos de luta do movimento sufragista. Além disso, foi marcado pela oposição do estado de São Paulo a permanência de Getúlio Vargas no poder, com a Revolução Constitucionalista (1932).
- **Governo Constitucional (1934 – 1937):** período em que Vargas foi eleito de forma indireta para o cargo de presidente. Fase que foi marcada pelo surgimento de novas associações políticas, como AIB (Ação Integralista Brasileira) e a ANL (ANL – Aliança Nacional Libertadora), muito influenciadas pelos acontecimentos na Europa.
- **Estado Novo (1937 – 1945):** período marcado pelo autoritarismo e pela ditadura. Fase em que o governo consolidou as leis trabalhistas e entrou na Segunda Guerra Mundial.

Era Vargas (1930-1945)

No caso da Era Vargas, o regime do Estado Novo (1937-45) é o período que o Enem mais costuma cobrar. Portanto, vamos a ele 😊. No dia 30 de setembro de 1937, durante o governo constitucional de Vargas, o General Góes Monteiro noticiou que o exército havia descoberto um plano de uma insurreição comunista no Brasil. A leitura da carta virou a principal manchete dos jornais, que reproduziam

trechos do chamado **Plano Cohen**, que anunciava uma grande revolta que eliminaria líderes políticos opositores, queimaria casas e prédios, incentivaria protestos, saques e depredações, para garantir a instalação de um governo socialista no Brasil.

Apesar de futuramente o documento ter sido comprovado como falso e forjado, em 1937, foi fundamental para o aprofundamento do autoritarismo de Vargas e para a consolidação do golpe que inaugurou o **Estado Novo**.

Esse período da política brasileira foi marcado pela formação de um Estado **totalitário**, que concentrou os poderes em Vargas, encerrou as atividades do Congresso Nacional e eliminou diversas garantias constitucionais (sobretudo quanto às liberdades civis). Entre 1937 e 45, opositores do regime estadonovista foram perseguidos e presos, partidos políticos foram fechados e a censura limitou consideravelmente a circulação de informações.

Apesar do autoritarismo, esse período também foi marcado por uma aproximação do governo brasileiro aos Estados Unidos e aos países democráticos durante a **Segunda Guerra Mundial**, pela manutenção da Legislação trabalhista, pelo investimento na indústria brasileira e por um forte nacionalismo, que guiou um novo e ousado projeto de construção de identidade nacional.

Cercado por grandes intelectuais e políticos que se alinharam às propostas do Estado Novo, Vargas promoveu uma transformação nas relações sociais

e culturais, sobretudo colocando o trabalhador como uma figura central desse novo Brasil. No âmbito econômico, após a crise de 1929, devido às críticas ao modelo liberal e aos problemas causados pela dependência exclusiva do café, Vargas iniciou uma mudança das diretrizes econômicas brasileiras. Com o Estado Novo, o governo consolidou o projeto nacional-desenvolvimentista, baseado no desenvolvimento industrial através da intervenção do Estado na economia, da valorização da produção nacional, da criação de órgãos de administração pública e do desenvolvimento da indústria de base.

A formação da identidade nacional

Nesse contexto, o **Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)** foi criado, em 1939, com o objetivo de construir a imagem de Getúlio Vargas como um líder nacional forte, carismático e benevolente, além de também projetar nacionalmente as ideias que configurariam a nova identidade brasileira.

Para alcançar esses objetivos, o DIP atuou de forma intensa na censura de eventos culturais, como peças, filmes e músicas, no controle da informação divulgada na imprensa e na produção de propagandas do regime, como a organização de manifestações cívicas, a produção de filmes e conteúdos educativos e a elaboração de jornais e programas de rádio. A construção dessa nova identidade brasileira no Estado Novo deveria ser quase homogênea, reduzindo as diferenças regionais. O Brasil seria resultado da união das “três raças”, ou seja, formado pela cultura africana, indígena e europeia. Essas três tradições seriam

a origem de uma cultura brasileira autêntica que deveria ser valorizada acima de qualquer aspecto regional. Foi nesse contexto que o mito da **democracia racial** ganhou força.

Como visto, além das celebrações oficiais, os meios de comunicação também foram utilizados pelo Estado Novo para construir a nova identidade do país. No rádio, por exemplo, foi criado o programa **“Hora do Brasil”**, transmitido diariamente por todas as estações, com duração de uma hora, visando à divulgação dos principais acontecimentos da vida nacional. Nesse cenário, o samba aproveitou a importância do rádio como meio de comunicação e cresceu como música popular, exaltando as mudanças e as características do novo trabalhador brasileiro.

CLT e Sindicalismo

Desde o Governo Provisório, um dos maiores objetivos de Vargas foi a construção de uma estrutura que desmembrasse as lutas de classes, conciliando patrões e empregados, unificando a nação em prol do desenvolvimento nacional e valorizando o trabalhador urbano. Apesar de leis em defesa dos trabalhadores já existirem, a cristalização desse projeto ocorreu somente no Estado Novo, com a **Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT)**, aprovada no dia 1 de maio de 1943.

O documento tinha como objetivo organizar as leis trabalhistas que existiam até então, consertando contradições e introduzindo novos direitos aos trabalhadores urbanos. Assim, a CLT organizou e regulamentou

a identificação profissional, as férias remuneradas, as horas de trabalho, as condições de segurança, o salário-mínimo e a relação entre patrões e trabalhadores.

Como visto, desde 1930, para neutralizar a influência política dos operários, o novo regime fez com que os trabalhadores se vinculassem aos sindicatos, que passaram a ser controlados pelo próprio Estado. O princípio norteador dessa política foi a concepção corporativista, que consistia na negação da luta de classes e na afirmação da colaboração entre elas. Esse princípio não reconhecia, portanto, as diferenças de interesses entre patrões e empregados, colocando o suposto interesse geral da nação acima dos interesses de classes.

Enfim, é importante reforçar que parte dessas mudanças já eram demandas do movimento operário desde a década de 1920, sendo conquistadas através de muitas lutas e negociações. Desta forma, apesar da aproximação dos trabalhadores à figura de Vargas e da própria construção da imagem de “pai dos pobres”, a legislação trabalhista não foi um presente do governo, mas sim uma conquista.

2. BRASIL IMPÉRIO

Caiu 3 vezes no Enem 2017

Caiu 1 vez no Enem 2018

Caiu 1 vez no Enem 2019

Caiu 2 vezes no Enem 2021

O processo de independência do Brasil é um tema

importante para o ENEM de 2022, visto que nesse ano o país completa 200 anos de sua emancipação de Portugal. Apesar da data comemorativa, as consequências dessa independência e seus anos posteriores são temas bem recorrentes na prova, sobretudo nos tópicos que abordam a escravidão no Império. Para entendermos melhor esse momento histórico, podemos o dividir em 3 períodos:

a) Primeiro Reinado (1822-1831)

b) Período Regencial (1831-1840)

c) Segundo Reinado (1840-1889)

Dos três períodos mencionados acima, os últimos anos de ENEM deram especial atenção para o Segundo Reinado e pouco abordaram o Período Regencial, sendo o Primeiro Reinado foco ainda de algumas questões.

Segundo Reinado (1840-1889)

Sobre o Segundo Reinado, período de maior relevância para as últimas provas, a escravidão, como visto, foi tema recorrente, principalmente pela temática do abolicionismo. O Segundo Reinado pode ser historicamente dividido em três fases, sendo o abolicionismo um movimento presente principalmente no contexto de declínio.

As fases são:

- **Consolidação (1840 – 1850):** etapa em que D. Pedro II assume o poder e consegue conciliar os interesses

dos partidos políticos. Além disso, é o momento em que ele consegue abafar as revoltas e resolver os conflitos emancipacionistas.

- **Apogeu (1850 – 1870):** fase em que o projeto político do Segundo Reinado se encontra consolidado, com relativa estabilidade política, econômica e social
- **Declínio (1870 –1889):** período em que as contradições políticas atingem a figura do imperador, fazendo com que seu governo passe a ser questionado, principalmente depois da Guerra do Paraguai.

Do ponto de vista político, o período do Segundo Reinado foi marcado pela instituição do “**Parlamentarismo às avessas**”. Com esse modelo, o imperador escolhia o Presidente do Conselho de Ministros, através do poder moderador. O **Poder Moderador** garantia ainda a D. Pedro II demitir o ministro presidente do Conselho, caso houvesse divergência de interesses, ou mesmo dissolver o parlamento. Ao contrário do modelo britânico, em que o monarca era submetido



ao Parlamento, no Brasil, este não limitava os poderes do Imperador; daí a nomenclatura “às avessas”.

Através dele, D. Pedro II pôde garantir a estabilidade política do país, assim como colocar em prática uma política de revezamento, que alternava **liberais** (luzias) e **conservadores** (saquaremas) no poder. Esses dois partidos dominaram o cenário político durante o Segundo Reinado. Os conservadores defendiam um governo imperial forte e centralizado, enquanto os liberais lutavam por uma descentralização, concedendo certa autonomia às províncias. No entanto, quando conquistaram o poder, liberais e conservadores não apresentavam atitudes muito diferentes, já que ambos eram partidos de elite. Foi devido a isso que foram apelidados de “farinha do mesmo saco”.

Vai um cafezinho aí?

Do ponto de vista econômico, a produção cafeeira viveu um período de expansão, que, a partir de 1850, garantiu certa estabilidade ao Império. Importante frisar que a estrutura econômica do Brasil não foi alterada desde a independência, portanto, ela se mantinha **agroexportadora** e **escravista**.

A cafeicultura, de forma similar ao que aconteceu durante o Período Colonial, forneceu uma base sólida para o domínio econômico dos grandes proprietários rurais.

O plantio de café se iniciou nas regiões vizinhas ao Rio de Janeiro, como no **Vale do Paraíba**, e proporcionou o surgimento de uma nova elite, composta pelos “barões do café”. Apesar da riqueza gerada, a cultura do café na região utilizava técnicas rudimentares, o que causou um acelerado

esgotamento do solo no local. Embora tenha ocorrido o declínio da produção cafeeira no Vale do Paraíba, ela entrou em expansão no **Oeste Paulista**, região onde o solo de terra roxa era extremamente fértil para o plantio de café.

A região rapidamente despontou como a grande produtora de café, com uma elite que tinha um pensamento mais “modernizante” e dinâmico com relação ao investimento na melhoria da produção. Muitos pesquisadores associam a esses paulistas uma visão mais empresarial do negócio, o que teria possibilitado a aplicação de novas tecnologias e a defesa do emprego do trabalho assalariado.

Mas se liga, porque isso não quer dizer que esses cafeicultores não utilizavam mão de obra escrava, muito pelo contrário!

Um dos fatores que facilitaram a interiorização da produção cafeeira foi a implantação de **ferrovias** na região, o que facilitava o deslocamento populacional e o escoamento do produto. Em um contexto mundial de expansão da Segunda Revolução Industrial, a implantação dessas ferrovias, em substituição às viagens feitas no lombo de mula, representou o momento de crescimento econômico do país.

Elas não eram apenas um meio de transporte, as estradas de ferro se transformaram em um símbolo de **modernidade e progresso**.

Ainda no âmbito econômico, em 1844, foi aprovada a **Tarifa Alves Branco**. Na prática, a medida protecionista estabelecia a taxa em 30% de produtos estrangeiros que entrassem no Brasil (o dobro dos 15% estabelecidos anteriormente). O seu principal objetivo era equilibrar a balança comercial brasileira e aumentar a arrecadação por parte do Estado Imperial. A tarifa, no entanto, acabou operando como um incentivo aos surtos industriais ocorridos durante o Segundo Reinado.

A reunião de fatores favoráveis – a abolição do tráfico (1850), a tarifa Alves Branco e a ascensão do café – estimulou empreendimento urbanos. Foi nesse momento que surgiu a figura do **Barão de Mauá**, empresário que fez importantes investimentos em infraestrutura, como a criação de estaleiros e fundições, companhias de linhas telegráficas, ferrovias, iluminação a gás, transporte urbano etc.

É importante ressaltar que a industrialização vem acompanhada da palavra “**surto**”, porque foi algo esporádico e que não teve uma longa duração, tanto por pressão interna quanto por pressão externa.



Brasil, meu Brasil brasileiro

Em contraste com a Regência, no Segundo Reinado o país vivenciou uma fase de relativa prosperidade. Para amarrar todo esse processo de crescimento e relativa paz, D. Pedro II investia em formas de forjar um **ideal de nação**

e na construção de **uma memória nacional**, que, para muitos pesquisadores, ainda era algo de que o Brasil carecia.

Para responder tais questões, o imperador deu continuidade ao projeto fundado pelos regentes, em torno do **Instituto Geográfico Brasileiro (IHGB)**. O instituto, que já investigava as “origens” da nação brasileira, passa a ter a missão de consolidar a imagem do imperador como o grande líder da nação.

A questão da mão de obra

Como comentado anteriormente, a economia cafeeira reforçou os quadros sociais herdados do período colonial, como a escravidão, a grande propriedade de terra, a monocultura e a produção voltada ao mercado externo. Nesse contexto, se tornaram crescentes as **pressões inglesas** para que o Brasil abolisse o tráfico negreiro.

A passividade do governo brasileiro em relação aos compromissos anteriormente firmados com a Inglaterra levou o parlamento britânico a aprovar, em 1845, a **Lei Bill Aberdeen**, conferindo à marinha inglesa o direito de aprisionar navios negreiros e fazer os traficantes responderem pelo crime em tribunais ingleses, ou seja, o tráfico de escravos estava proibido no Atlântico sul.

A lei britânica contribuiu para a criação de leis abolicionistas no Brasil, como a **Lei Eusébio de Queirós (1850)**, que proibia a entrada de novos escravizados no país. Com a proibição do tráfico internacional de escravos, se iniciou um processo de abolição gradual, que enfrentaria a oposição das elites escravistas.

A diminuição de fornecimento de escravizados levou os latifundiários a buscarem novas formas de trabalho, recorrendo, assim, à imigração. O incentivo, por parte do próprio governo, à vinda dos europeus encontrava apoio na ideia racista de que era preciso “**embranquecer**” a população brasileira, formada majoritariamente por negros.

Crise Imperial

No âmbito da política externa, a Guerra do Paraguai pode ser considerada um divisor de águas na história do Segundo Reinado, marcando o início de um processo de fragilização do império e de questionamentos à política de D. Pedro II. Ocorrida de 1864 a 1870, a Guerra opôs Brasil, Uruguai e Argentina (chamados de Tríplice Aliança) contra o Paraguai, e pode ser compreendida a partir das disputas

no entorno da Região do Prata, que existiam desde o período colonial.

Após a Guerra do Paraguai houve um crescimento da “Campanha Abolicionista”, que passou a receber apoio de políticos, intelectuais e militares, com grande destaque para indivíduos como **Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, Luís Gama, Castro Alves, André Rebouças, Maria Firmina dos Reis, Adelina e Chico do Aracati.**

As propagandas abolicionistas circulavam por diversos setores da sociedade, como teatros, salões, quartéis e assembleias, mas, foi principalmente através da imprensa que o movimento cresceu.

A participação dos escravizados na guerra fortaleceu o abolicionismo e a conjuntura externa – com o fortalecimento do capitalismo industrial – também foi favorável à abolição da escravidão. Logo, ao longo da segunda metade do século XIX, o governo aprovou importantes leis abolicionistas, como: **a Lei do Ventre Livre (1871), a Lei dos Sexagenários (1885) e a Lei Áurea (1888).**

Vale destacar ainda que, apesar do avanço abolicionista, no final do império a aprovação de algumas leis passaram a limitar cada vez mais alguns direitos civis, sobretudo aos mais pobres e aos recém-libertos. Em 1850, por exemplo, foi decretada a **Lei de Terras** (no mesmo ano da aprovação da Lei Eusébio de Queirós), que tratou de restringir a posse de terras no Brasil, estabelecendo que só poderiam ser adquiridas por compra e venda ou por doação do Estado.

Os altos preços de compra e a dificuldade na regularização garantiam aos latifundiários a manutenção do domínio territorial e socioeconômico. Conservavam-se assim, as raízes da exploração da classe dominante no Brasil, através do latifúndio e da reprodução de sua desigualdade social.

Pega a visão: Vitorioso na Guerra do Paraguai, o Exército adquiriu mais força e expressão política, desejando participar mais da vida pública. Defensores, em grande medida, do republicanismo, o Exército foi o grande articulador do fim da monarquia no Brasil. A influência dos ideais positivistas e a insatisfação com a baixa valorização da corporação foram os grandes motivos que os levaram a conspirar contra a monarquia.

3. MUNDO CONTEMPORÂNEO

Caiu 5 vezes no Enem 2017

Caiu 1 vez no Enem 2018

Caiu 3 vezes no Enem 2019

Caiu 2 vezes no Enem 2021

O assunto definido como Mundo Contemporâneo é bastante extenso e complexo, sendo esse um dos períodos históricos com a maior quantidade de tópicos estudados, pois aborda desde a Revolução Francesa, de 1789, até os dias atuais, passando pelas Guerras Napoleônicas, Revoluções Burguesas do XIX, formação do socialismo, construção do imperialismo e do neocolonialismo europeu, história dos Estados Unidos, Guerras Mundiais, ascensão do nazifascismo, Revoluções e Ditaduras na América, revoluções industriais, movimentos

de independência, Guerra Fria e o mundo pós União Soviética.

Além de muitos outros momentos, cada um dos tópicos citados pode ser fragmentado em diversos conteúdos mais específicos, abordando movimentos nacionalistas, questões raciais, desenvolvimento tecnológico etc.

Portanto, o Mundo Contemporâneo é um assunto extenso e facilmente abordado pela interdisciplinaridade, logo, sempre muito importante para o ENEM. Dentre os tópicos mais cobrados estão os conteúdos sobre **“Europa no Século XIX”** e o período da **“Guerra Fria e seus impactos”**.

Europa no Século XIX

O século XIX foi palco de uma série de acontecimentos que modificaram o rumo da história ocidental, sendo, portanto, embalado por um conjunto de transformações políticas, culturais e sociais.



Todas essas modificações foram acompanhadas de perto por revoltas e revoluções de cunho liberal, que buscavam o fim do Antigo Regime e a união de territórios com características comuns, por exemplo.

Nesse sentido, a fusão das ideias liberais com os novos ideais nacionalistas e com a necessidade de se industrializar contribuiu com o processo tardio de unificação de vários países europeus na segunda metade do século XIX, como Alemanha e Itália.

Apesar do clima de tensão, o intenso crescimento econômico e o domínio cada vez maior de novos territórios levava a Europa a crer que a sociedade estava seguindo para um caminho inevitável de progresso. Alguns acontecimentos foram importantes para dar base a crença na noção de progresso que rondava essa Europa, como o desenvolvimento de novas tecnologias com a **Segunda Fase da Revolução Industrial**.

Essa nova fase da Revolução Industrial foi marcada pela participação de novos atores, como Estados Unidos, Alemanha e Japão, entretanto, esses países encontraram nas outras potências pioneiras um obstáculo para as suas pretensões expansionistas. Isso vai dar ruim? Demais, a Primeira Guerra Mundial que o diga!

Logo, os países industrializados precisaram encontrar uma forma de conquistar novos mercados consumidores, fontes de matéria-prima e mão de obra mais barata, partindo, assim, para disputas por novos territórios, principalmente na África e na Ásia.

A expansão territorial e civilizatória desses países contou com o sentimento em comum de pertencer a uma nação ou raça supostamente superior que teria uma missão divina

de civilizar os “povos bárbaros” em regiões consideradas “menores” e “inferiores”, em uma prática que ficou conhecida como **imperialismo**.

Utilizando teorias científicas da época, como a eugenia ou o **darwinismo social**, os países europeus manipulavam dados científicos e determinavam que certas raças seriam inferiores, e outras, superiores, assim como certos povos seriam civilizados e outros não; por isso, o homem branco, cristão e europeu, teria o “fardo” de levar o progresso e a modernidade para as regiões consideradas bárbaras. Baseada nessa ideia de hierarquização civilizatória, esses homens usavam o avanço científico para validar as suas crueldades com a população dos territórios dominados.

Nessa conjuntura, a concentração do capital em grandes complexos industriais e na mão de poucos empresários gerou impactos profundos no mundo do trabalho e nas relações sociais. Com o crescimento da burguesia, consequentemente, a classe operária se ampliava, mas também se estruturava.

A luta de classes, ao final do século XIX, entre o proletariado e a burguesia, passou a se intensificar cada vez mais, visto que as novas formas de trabalho aprofundavam a exploração do trabalhador nas fábricas. Com técnicas como o fordismo e o taylorismo, o trabalhador convivia com uma especialização do trabalho que o limitava à mesma função por horas e horas durante a semana. Esse impacto da nova fase da revolução industrial, no mundo do trabalho, foi fundamental para o crescimento de novas ideologias, que se construíram ao longo do século XIX, com a classe trabalhadora,

como o socialismo e o anarquismo, muito movidos pela formação de sindicatos operários e pela criação de partidos trabalhadores.

Guerra Fria e seus impactos

Em 1945, os impactos da 2ª Guerra Mundial em todo o planeta foram tão grandes que novas configurações políticas, econômicas, geográficas e culturais surgiram. Este novo mundo, atormentado pela barbárie, pelo totalitarismo e pelas bombas atômicas, naquele momento, dividiu-se em duas grandes zonas de influência: no lado ocidental, a hegemonia econômica e militar dos Estados Unidos da América permitia a criação de um **bloco capitalista**, enquanto no lado oriental, a expansão do Exército Vermelho pelo leste europeu e pela Ásia, construiu uma zona influenciada pelo **socialismo** soviético de Josef Stálin. Com a consolidação desses países como duas superpotências pós-2ª Guerra Mundial, um novo conflito se estabeleceu no mundo, entre os ideais capitalista e socialista, representados pelos dois países hegemônicos que, a qualquer momento, poderiam entrar em mais um conflito de escala global, mas, desta vez, com armas de destruição em massa. Apesar da existência de uma linha tênue entre o diálogo e a guerra durante o século XX, as disputas entre EUA e URSS nunca chegaram a conflitos bélicos diretos, por isso, este período ficou conhecido como a **Guerra Fria**. Durante os anos de tensão, o mundo entendia que a qualquer momento poderia surgir uma Terceira Guerra Mundial, mas agora com enorme potencial atômico e capaz de destruir o planeta.

O início da Guerra Fria não é algo bem definido ou consolidado entre historiadores, sua periodização também não é. Logo, até hoje é comum ver autores trabalhando com nomes diferentes para um mesmo período ou até com datas distintas para se referir a um momento. Visto isso, podemos trabalhar com a seguinte periodização para auxiliar o estudo e a compreensão da Guerra Fria por partes:

1. Fase clássica (1947–1953) – Essa fase também é chamada de **Tensão Máxima**, pois foi quando ocorreu a montagem dos blocos e as primeiras grandes hostilidades entre EUA e URSS. A Guerra da Coreia (1950–1953) foi um importante ponto de divergência entre os dois blocos, que apoiaram países opostos no conflito. Apesar de não haver um conflito direto, a construção da bomba atômica pelos soviéticos ampliou o medo global de uma nova guerra, desencadeando histerias coletivas e crises diplomáticas. Essa fase terminou com a morte de Josef Stalin, a eleição de Dwight Eisenhower, que iniciou uma nova política internacional, e o fim da Guerra da Coreia.

2. Coexistência pacífica (1954–1977) – Momento de maiores diálogos e avanços diplomáticos entre as duas potências, com a diminuição dos atritos e crises. Apesar disso, foi nesse contexto que também ocorreu um dos episódios mais sensíveis da Guerra Fria, a Crise dos Mísseis. Essa crise aconteceu em 1962, após a descoberta de mísseis soviéticos em Cuba e de mísseis norte-americanos na Turquia.

Depois da crise dos mísseis, as duas potências decidiram aproximar as comunicações e relações diplomáticas, a fim de evitar novos desentendimentos, o que iniciou um período conhecido como **Détente** (distensão). Apesar do diálogo internacional, essa fase também foi marcada pelas crises internas, com cisões nos blocos, revoluções locais e guerras de independência.

3. Recrudescimento e fim da Guerra Fria (1977–1991) –

Esse período também é chamado por muitos de a “**Segunda Guerra Fria**”, visto que há uma retomada das hostilidades e tensões militares entre as duas potências. A partir da década de 1980, a URSS enfrentou uma grande crise política e econômica, que afetou sua influência sobre a Cortina de Ferro. Essa grande crise socialista foi a responsável pelo próprio fim da União Soviética e pelo término da Guerra Fria, em 1991.

Pega a visão: o símbolo mais “concreto” da formação do mundo bipolar no contexto da Guerra Fria foi a divisão, entre as potências vencedoras da 2º GM, da Alemanha em dois Estados: a República Federal da Alemanha (capitalista) e a República Democrática Alemã (socialista). Além da construção do Muro de Berlim, que dividia a antiga capital alemã entre os dois blocos.

A construção do bloco capitalista

EUA

PLANO MARSHALL

OTAN

CIA

A fala do presidente dos Estados Unidos, Harry S. Truman, a favor do capitalismo e dos ideais de liberdade defendiam a necessidade da construção de um aparato de defesa desses ideais no mundo contra a expansão socialista. Esse projeto ficou conhecido como Doutrina Truman, que deu início à montagem de um complexo sistema de proteção ao bloco capitalista. Embora os

EUA representassem a principal potência desse lado, havia também a participação de países democráticos, sobretudo os europeus, como a Inglaterra, a França e a Alemanha Ocidental, na montagem desse sistema. Esses países, devastados pelas Guerras, receberam apoio financeiro dos EUA por meio do **Plano Marshall** (1948), que tinha como objetivo recuperar a economia europeia e afastar o espectro socialista com empréstimo a juros baixos e investimentos públicos.

Os EUA também se envolveram na criação da **Organização do Tratado do Atlântico Norte** (OTAN-1949), que seria responsável por consolidar uma aliança militar entre as potências do norte e combater possíveis ataques socialistas. Vale destacar que, apesar da criação de forças militares, o socialismo conseguiu entrar na América, principalmente com a Revolução Cubana (1959). Em 1961, o governo dos

EUA intensificou os esforços para evitar novas revoluções, criando a **Aliança para o Progresso**. Dessa forma, ainda que os aparatos financeiro e militar estivessem prontos para defender o bloco capitalista de quaisquer ameaças socialistas, no final da década de 1940, com a circulação das notícias de espiões soviéticos infiltrados nos EUA e com o suposto roubo dos planos da bomba atômica em 1949, uma paranoia coletiva se instalou nos dois blocos, gerando uma guerra muito mais oculta. Essa nova forma de atuação dos países propiciou a criação nos Estados Unidos de um serviço secreto capaz de garantir a segurança nacional, com o uso da inteligência e de espionagem, conhecido como **Central Intelligence Agency (CIA)**, criada em 1947 pelo presidente Truman.

A atuação de espiões socialistas e de cidadãos americanos pró-União Soviética movimentou ainda mais a guerra ideológica interna que os países viviam. Nos EUA, por exemplo, a paranoia da espionagem foi tão intensa que, em 1950, o senador Joseph McCarthy declarou que tinha uma lista com nomes de funcionários do Departamento de Estado Norte-Americano que seriam, na realidade, espiões soviéticos infiltrados.

A “**lista perigosa**” de McCarthy iniciou um período de “caça às bruxas” nos Estados Unidos, que perseguiu, prendeu e até mesmo torturou indivíduos suspeitos de espionagem ou de ligação com o comunismo.

A ideia base do macartismo se espalhou pelo Ocidente como uma perseguição geral aos partidos comunistas e seus simpatizantes.

A construção do bloco socialista

Se, no Leste Europeu, a influência da URSS moldou a chamada **Cortina de Ferro**, no lado asiático, alguns países também formaram uma zona socialista, que ficou conhecida como **Cortina de Bambu**, formada por países como Laos, Mongólia e Vietnã.

Vale destacar que as alianças socialistas ao longo do século XX foram muito mais instáveis, visto que o sucesso

da revolução de Mao Tsé-Tung (1949) permitiu o surgimento de uma nova força socialista na região, que atraiu regimes descontentes com a política

soviética. Assim, para consolidar a ideologia socialista nessas zonas de influência, além do uso do autoritarismo, também houve o apoio econômico.



A União Soviética possuía um desenvolvimento industrial muito inferior aos Estados Unidos; logo, ao lançarem o Conselho para Assistência Econômica Mútua (COMECON-1949), pretendiam apoiar economicamente os países socialistas, criando uma zona de mercado comum, mas o COMECON não alcançou as mesmas proporções do Plano Marshall.

Pela perspectiva militar, se o bloco capitalista investiu em alianças como o TIAR e a OTAN, a União Soviética, por sua vez, criou em 1955 o exército do **Pacto de Varsóvia**.

O Pacto de Varsóvia foi criado como uma ferramenta de defesa dos ideais socialistas contra possíveis ataques do bloco capitalista, no entanto sua maior atuação foi na repressão de revoltas e cisões internas, como na Primavera de Praga (1968) com a ocupação militar da cidade.

Essas cisões e as ameaças norte-americanas também geraram a necessidade, por parte dos soviéticos, de institucionalizar ainda mais os seus aparatos de espionagem. Visando descobrir os planos dos inimigos e dos opositores internos, para executar ações rápidas, a União Soviética, em 1954, criou oficialmente o serviço de inteligência e espionagem da KGB (Comitê de Segurança do Estado).

Corrida espacial e armamentista

No dia 4 de outubro de 1957, a URSS deu a largada para a **corrida espacial**, com o lançamento do satélite Sputnik I, que foi um modelo de teste programado apenas para transmitir um sinal de rádio. A partir desse lançamento, a URSS manteve durante a década de 1950 a dianteira na “corrida”, lançando em 1957 o Sputnik II, tripulado pela cadela Laika. Em 12 de abril de 1961, os soviéticos mais uma vez surpreenderam o mundo enviando o primeiro homem ao espaço, o astronauta Yuri Gagarin, na Vostok I.

Pelo lado capitalista, o primeiro satélite enviado foi em 1958, o Explorer I. Em seguida, uma série



de outros satélites foram lançados e uma agência espacial foi criada para continuar as pesquisas e o desenvolvimento de tecnologias, a **NASA** (1959). A partir de então, os satélites ganharam novos objetivos, como mapeamento de regiões, espionagem, comunicação e outras funções.

O ponto de chegada, que definiria o vencedor, foi estabelecido em 1961, pelo então presidente dos EUA, John F. Kennedy: **a chegada à Lua**. Após o discurso de Kennedy, soviéticos e norte-americanos voltaram grandes esforços para superar o adversário nessa corrida espacial. Ao longo da década de 1960, os comunistas estiveram na frente em diversos momentos, com conquistas impressionantes.

No entanto, no dia 20 de julho de 1969, a missão americana Apollo 11, tripulada pelos astronautas Neil Armstrong e Edwin Aldrin, enfim pousou na lua, fazendo com que os estadunidenses se tornassem os primeiros homens na história a caminharem sobre o solo lunar, encerrando a corrida espacial com a superioridade tecnológica dos EUA.

Pega a visão: você já sabe que Atualidades é MEGA importante para o Enem, certo?! Então se liga, porque já se fala em uma nova corrida espacial, porém com novos atores e novos interesses. O conflito entre ambos os blocos só terminou, em 1991, com a desintegração da União Soviética e levou ao surgimento de uma nova ordem mundial, a multipolar, e a eclosão de novos conflitos relacionados, em grande medida, a questões que surgiram no período da Guerra Fria.

4. BRASIL COLONIAL

Caiu 3 vezes no Enem 2018

Caiu 2 vezes no Enem 2019

Caiu 3 vezes no Enem 2020

Caiu 3 vezes no Enem 2021

Por mais de 3 séculos o Brasil foi colonizado por Portugal, sendo palco entre os séculos XVI, XVII e XVIII de uma complexa convivência entre diversos grupos étnicos africanos, nativo-americanos e portugueses. Essa relação entre os grupos diante de um modelo administrativo e econômico colonial dominado pela coroa portuguesa e pela forte presença jesuítica tem recebido grande atenção do ENEM.

A escravidão indígena na América portuguesa

Mesmo com o comércio de escravizados sendo forte na parte insular do império português, como Cabo Verde, os primeiros povos a serem escravizados no Brasil foram os **nativos**. Estes eram capturados principalmente na região que hoje conhecemos como São Paulo, pelos **bandeirantes**, que se embrenharam pelo interior brasileiro em busca de indígenas para o trabalho na plantação de cana-de-açúcar. No entanto, a cultura de subsistência nativa, a alta taxa de mortalidade indígena pelo contato com as doenças europeias e a proteção dos jesuítas fez com que os portugueses reduzissem a escravidão de nativos. Contudo, foi o crescimento exorbitante do lucro do comércio de africanos e a pressão da igreja contra

a escravidão dos indígenas que fez a atividade ser proibida no século XVIII. Ainda assim, encontramos documentos de herança do século XIX que passavam a propriedade de indígenas entre os herdeiros, apontando que a escravidão dos povos originários continuou, ainda que “ilegal”.

Pega a visão: apesar de lutarem contra a escravidão dos nativos, a Igreja, principalmente com as Missões Jesuíticas, utilizava a mão de obra indígena no desenvolvimento de algumas atividades econômicas, como as drogas do sertão.

A escravidão africana na América portuguesa

Com o processo de Expansão Marítima e a conquista de Ceuta pelos portugueses no século XV, os europeus entraram na grande rede de comércio de escravizados e ampliaram essa atividade para algo infinitamente maior, com um comércio intercontinental que durou até o século XIX. Tal prática se baseou na migração forçada de milhares de pessoas para alimentar a necessidade de mão de obra nas recém-dominadas colônias americanas.



Foi por meio do **tráfico transatlântico** de seres humanos que milhares de africanos foram tirados de seu continente de origem rumo às Américas no processo conhecido como **Diáspora Africana**.

A escravização de africanos era comum e utilizada em larga escala nas plantations e em todas as atividades que existiram na colônia portuguesa na América, sejam elas complementares ou principais. A Igreja, principal fator organizador da sociedade colonial, corroborava com a prática e justificava religiosamente o trabalho escravizado. Dentro desse contexto, é essencial compreender que mais do que apenas uma mão de obra, a escravidão era um comércio extremamente lucrativo, por conta do tráfico negreiro, e se tornou um modo de produção que permitiu a institucionalização da escravidão tanto no aspecto legal (lei) quanto social.

Dentro da sociedade colonial, o escravizado era um item de luxo, que demonstrava riqueza e opulência, além de ser um símbolo de prestígio social. A posse de escravizados era utilizada como uma forma de **distinguir**, hierarquizar e organizar a lógica social, política e econômica dessas colônias. Sendo assim, é possível dizer que a sociedade colonial (e, posteriormente, a sociedade brasileira) não apenas possuía escravizados, pois ela era plenamente escravista.

Pega a visão: a escravidão está diretamente ligada a uma estrutura hierarquizante de poder que também se manifesta na escrita da História. Por isso, se faz necessário citar que atualmente a historiografia vem deixando de utilizar o termo “escravo” e passando a usar a palavra “**escravizado**”.

O intuito é combater a ideia de que essas pessoas trazidas a força eram naturalmente escravas, quando na verdade, elas foram tornadas tal, os povos africanos foram escravizados.

Outro fator importante para entender a complexidade da relação entre **senhor x escravizado** é que esses corpos eram vistos como seres animalizados e como propriedade desses senhores, que se sentiam livres para abusar física (por meio de castigos, surras, estupros etc.) e psicologicamente desses escravizados. “Alguns autores afirmam que esses corpos morriam duas vezes dentro desse processo: a primeira morte seria a separação entre esse ser e a sua história, sua língua, sua religiosidade e sua terra.” Já a segunda morte seria a imposição de valores completamente distintos dos seus e do convencimento desses povos de uma suposta inferioridade e da necessidade de negar tudo aquilo que pertencia a sua terra natal e a seus ancestrais.

Portanto, entre os escravizados, era muito comum o sentimento conhecido como “**banzo**”, um estado de melancolia e de tristeza no qual muitos ficavam ao chegar à América. Tal sensação seria ocasionada pelo desgosto por conta da privação de liberdade e a saudade da sua terra natal.

Embora a escravidão ao longo do continente americano tenha sido diferente em cada local, em geral algumas características eram comuns na construção de uma sociedade que girava em torno da escravidão e do modelo agroexportador. As fazendas escravistas representavam mais do que apenas um local de trabalho e produção, também eram um espaço de **reprodução da ordem social vigente**, sendo os “senhores” a representação máxima de poder.

A exploração não se deu sem luta, tanto por parte dos

nativos americanos quanto por parte dos escravizados africanos. Apesar do **apagamento histórico** do processo de resistência desses povos durante todo o Brasil colonial, falar sobre isso é permitir que seus descendentes reconstruam uma história que não está vinculada apenas à exploração dos corpos dos seus antepassados, e sim a um processo de luta constante, pela qual esses grupos se propuseram ao longo de quase quatrocentos anos de colonização.

Dentre as principais formas de resistência, podemos citar:

- Fugas e revoltas;
- Formação de quilombos;
- Aborto e alcoolismo;
- sincretismo religioso e manutenção de práticas culturais.

5. MUNDO MEDIEVAL

Caiu 1 vez no Enem 2017

Caiu 1 vez no Enem 2018

Caiu 2 vezes no Enem 2019

Caiu 2 vezes no Enem 2021

Nos últimos anos, a Idade Média europeia também tem aparecido com certa frequência no ENEM, principalmente com questões sobre o período da “Baixa Idade Média”, abordando a consolidação da Igreja Católica como importante instrumento de organização dessa sociedade e a formação das cidades e do comércio nesse período.

Baixa Idade Média

Em comparação com as disputas territoriais do início da Alta Idade Média, período de formação das bases feudais, a Europa viveu durante os séculos X e XII uma fase muito mais segura internamente. As alianças realizadas entre os feudos e a proteção dos cavaleiros garantiu uma maior estabilidade para os senhores e servos.

No entanto, a condição estável, o desenvolvimento de técnicas e tecnologias para melhorar a agricultura e a redução dos saques e invasões garantiram também um crescimento demográfico neste período. Esse aumento da população proporcionou um inchaço dos feudos, que não conseguiu garantir alimentação para todas as pessoas e ainda precisava se esforçar cada vez mais para submeter tantos servos aos tributos e opressões.

Neste cenário, muitos camponeses passaram a vagar pelos bosques e terras vazios, enquanto outros decidiram se aventurar nas antigas ruínas do Império Romano e reocupar as cidades abandonadas. Esse processo de crescimento demográfico e de êxodo marcou o início da Baixa Idade Média e deu origem ao que conhecemos como a crise do **feudalismo**.

Além do crescimento da população e da miséria na Europa, a nobreza e a Igreja Católica ainda observavam atentas a expansão islâmica no Oriente Médio.

Enquanto o feudalismo se consolidava na Europa, os árabes muçulmanos conquistaram o Oriente Médio e o norte da África em pouco tempo. No século VIII, já haviam alcançado a Península Ibérica e a cidade de Jerusalém, que é considerada sagrada para os cristãos. Assim, no ano 1095, diante de tais crises, o Papa Urbano II convocou o Concílio de Clermont, que defendia a paz entre os povos cristãos da Europa e a concessão de indulgência a todos que morressem enfrentando os muçulmanos no Oriente. O discurso do Papa conseguiu reunir exércitos de católicos de todos os estamentos prontos para lutarem pelo cristianismo. Assim, expedições militares de caráter religioso, conhecidas como cruzadas, foram organizadas para marchar em direção ao Oriente.

Visto isso, o objetivo principal das cruzadas eram reconquistar a cidade sagrada de Jerusalém, expandir a fé cristã e penetrar novamente o catolicismo romano no Império Bizantino. Entretanto, além desses objetivos, muitos nobres, camponeses e trabalhadores livres partiram nas cruzadas por interesses próprios, como enriquecimento, conquista de terras, glórias e o próprio perdão. Desta forma, as marchas cruzadistas, além de reconquistarem os territórios, também foram fundamentais para a abertura de antigas rotas comerciais, dominadas pelos árabes, pelo estabelecimento de postos comerciais ao longo do Mediterrâneo, que garantiram o ressurgimento das cidades e, enfim expandiram a fé cristã.

Pega a visão: o contato com outras culturas, proporcionado pelas cruzadas, foi essencial para a reformulação intelectual da Europa Ocidental e para o surgimento de novos movimentos artísticos.

Visto isso, podemos perceber que as cruzadas foram fundamentais para desenvolver um processo que já se iniciava há anos na Europa, mas que agora se acelerava com o encontro do Ocidente e do Oriente, que foi o **renascimento comercial e urbano**.



Apesar das cidades e do comércio nunca terem, de fato, desaparecido da Europa ao longo da Idade Média, é verdade que a ocupação urbana e as relações de troca perderam espaço com a ascensão do feudalismo no final da Alta Idade Média. Entretanto, com o inchaço demográfico do campo, as duras obrigações feudais, o êxodo, as cruzadas, a aproximação dos árabes e a maior circulação de pessoas por essas rotas comerciais, muitos decidiram retomar a vida nas cidades e buscar no comércio uma forma de enriquecer, mesmo não sendo nobre.

É nesse contexto que as feiras europeias crescem e algumas cidades comerciais, conhecidas como burgos, passam a ganhar grande importância. Nos burgos, portanto, surge um grupo voltado para as relações comerciais e para as atividades financeiras que passa a ser conhecido como a burguesia, que inicialmente não contava com qualquer privilégio político, mas que aos poucos passou a crescer e lutar pelos seus interesses.

A crise da Baixa Idade Média

Se a crença na chegada iminente do fim do mundo assolava os cristãos durante o ano 1000, a crise do **século XIV** representou para a Europa quase um apocalipse atrasado. Em 1315, intensas chuvas no noroeste da Europa dificultaram a produção agrícola da região, causando uma crise de abastecimento no continente. Para piorar, alguns anos depois, os alimentos e produtos que atravessavam as novas rotas comerciais começaram a sofrer com o bloqueio dos caminhos ocasionado por batalhas, como a Guerra dos Cem anos (1337 - 1453). Esse cenário caótico de más colheitas e bloqueio comercial acabou gerando a chamada **grande fome do século XIV**.

Com a fome e as guerras assolando a maior parte da Europa, um novo problema também surgiu neste período para ampliar o número de mortos e devastar cerca de 1/3 da população europeia: a **peste bubônica**.

Na época, com uma medicina incipiente e com poucos estudos sobre a questão, não havia medicamentos ou tratamentos eficazes contra a doença e nem mesmo uma informação exata sobre os motivos reais da peste, sendo genericamente associada à grande população de ratos que circulavam pelas cidades reocupadas. No entanto, a verdadeira causa da peste, descoberta graças aos estudos da microbiologia no século XIX, estaria nas pulgas contaminadas que transmitiam



a doença. Essa conjuntura de fome, doenças, guerras e mortes, somados à vida precária e submissa de servos no campo, acabou sendo o estopim para diversas revoltas na Europa e, naturalmente, para o desgaste do próprio feudalismo. Não bastasse todo o infortúnio, os senhores feudais começaram a aumentar o valor dos impostos sobre os camponeses a fim de suprir a diminuição de seus ganhos em decorrência da baixa produtividade.

Todo esse contexto gerou um clima de insegurança nos senhores feudais, que começaram a se assustar com as constantes revoltas camponesas. A figura do rei passou a, gradualmente, ser atraente para os senhores feudais, que desejavam proteger suas terras e manter os seus privilégios.

Pega a visão: muitas monarquias nacionais começam a se formar nesse contexto, mas outras, como o caso de Portugal, já haviam passado pelo processo de centralização política. Além disso, o surgimento do Renascimento, e os questionamentos levantados por ele, assim como a ascensão da burguesia, e o seu interesse na expansão comercial, mostrou como o feudalismo havia entrado em colapso e que ele, na verdade, não dava mais conta das transformações da modernidade que ganhavam cada vez mais força na sociedade.

EXERCÍCIOS ENEM



1. (Enem, 2021) Por que o Brasil continuou um só enquanto a América espanhola se dividiu em vários países?

Para o historiador brasileiro José Murilo de Carvalho, no Brasil, parte da sociedade era muito mais coesa ideologicamente do que a espanhola. Carvalho argumenta que isso se deveu à tradição burocrática portuguesa.

“Portugal nunca permitiu a criação de universidades em sua colônia”. Por outro lado, na América espanhola, entre 1772 e 1872, 150 mil estudantes se formaram em universidades locais. Para o historiador mexicano Alfredo Ávila Rueda, as universidades na América espanhola eram, em sua maioria, reacionárias. Nesse sentido, o historiador mexicano diz acreditar que a livre circulação de impressos (jornais, livros e panfletos) na América espanhola, que não era permitida na América portuguesa (a proibição só foi revertida em 1808), teve função muito mais importante na construção de regionalismos do que propriamente as universidades.

BARRUCHO, L. Disponível em: www.bbc.com. Acesso em: 8 set. 2019 (adaptado).

Os pontos de vista dos historiadores referidos no texto são divergentes em relação ao

- a)** papel desempenhado pelas instituições de ensino na criação das múltiplas identidades.
- b)** controle exercido pelos grupos de imprensa na centralização das esferas administrativas.
- c)** abandono sofrido pelas comunidades de docentes na concepção de coletividades políticas.
- d)** lugar ocupado pelas associações de acadêmicos no fortalecimento das agremiações estudantis.
- e)** protagonismo assumido pelos meios de comunicação no desenvolvimento das nações alfabetizadas.

2. (Enem, 2021)

Escravo fugido

No dia 8 de Outubro do anno proximo passado fugio da fazenda do Bom Retiro, propriedade do dr. Francisco Antonio de Araújo, o escravo José, pardo claro, de 22 annos de idade, estatura regular, cheio de corpo, com a falta de um dente na frente do lado superior, cabellos avermelhados, orelha roxa, falla macia, e andar vagaroso. Intitula-se forro, e quando fugio a primeira vez esteve contratado como camarada em uma fazenda em Capivary.

Quem o aprehender e entregar ao seu senhor no Amparo, ou o recolher a cadêa em qualquer parte será bem gratificado, e protesta-se com todo o rigor da lei contra quem o acoutar.

15 - 13

Escravo fugido. Jornal Correio Paulistano, 13 de abril de 1879. Disponível em: <http://bdigital.bn.gov.br>. Acesso em: 2 ago. 2019 (adaptado).

No anúncio publicado na segunda metade do século XIX, qual a estratégia de resistência escrava apresentada?

- a) Criação de relações de trabalho.
- b) Fundação de territórios quilombolas.
- c) Suavização da aplicação de normas.
- d) Regularização das funções da remuneradas.
- e) Constituição de economia de subsistência.



3. (Enem, 2019) A Revolta da Vacina (1904) mostrou claramente o aspecto defensivo, desorganizado, fragmentado da ação popular. Não se negava o Estado, não se reivindicava participação nas decisões políticas; defendiam-se valores e direitos considerados acima da intervenção do Estado.

CARVALHO, J. M. Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Cia. das Letras, 1987 (adaptado).

A mobilização analisada representou um alerta, na medida em que a ação popular questionava

- a) a alta de preços.
- b) a política clientelista.
- c) as reformas urbanas.
- d) o arbítrio governamental.
- e) as práticas eleitorais.



4. (Enem, 2017) Durante o Estado Novo, os encarregados da propaganda procuraram aperfeiçoar-se na arte da empolgação e envolvimento das “multidões” através das mensagens políticas. Nesse tipo de discurso, o significado das palavras importa pouco, pois, como declarou Goebbels, “não falamos para dizer alguma coisa, mas para obter determinado efeito”.

CAPELATO, M. H. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, D. (Org.). Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

O controle sobre os meios de comunicação foi uma marca do Estado Novo, sendo fundamental à propaganda política, na medida em que visava

- a)** conquistar o apoio popular na legitimação do novo governo.
- b)** ampliar o envolvimento das multidões nas decisões políticas.
- c)** aumentar a oferta de informações públicas para a sociedade civil.
- d)** estender a participação democrática dos meios de comunicação no Brasil.
- e)** alargar o entendimento da população sobre as intenções do novo governo.



5. (Enem, 2018) A existência em Jerusalém de um hospital voltado para o alojamento e o cuidado dos peregrinos, assim como daqueles entre eles que estavam cansados ou doentes, fortaleceu o elo entre a obra de assistência e de caridade e a Terra Santa. Ao fazer, em 1113, do Hospital de Jerusalém um estabelecimento central da ordem, Pascoal II estimulava a filiação dos hospitalários do Ocidente a ele, sobretudo daqueles que estavam ligados à peregrinação na Terra Santa ou em outro lugar. A militarização do Hospital de Jerusalém não diminuiu a vocação caritativa primitiva, mas a fortaleceu.

DEMURGER, A. Os Cavaleiros de Cristo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002 (adaptado). O acontecimento descrito vincula-se ao fenômeno ocidental do(a)

O acontecimento descrito vincula-se ao fenômeno ocidental do(a)

- a)** surgimento do monasticismo guerreiro, ocasionado pelas cruzadas.
- b)** descentralização do poder eclesiástico, produzida pelo feudalismo.
- c)** alastramento da peste bubônica, provocado pela expansão comercial.
- d)** afirmação da fraternidade mendicante, estimulada pela reforma espiritual.
- e)** criação das faculdades de medicina, promovida pelo renascimento urbano.



6. (Enem, 2019) A cidade medieval é, antes de mais nada, uma sociedade da abundância, concentrada num pequeno espaço em meio a vastas regiões pouco povoadas. Em seguida, é um lugar de produção e de trocas, onde se articulam o artesanato e o comércio, sustentados por uma economia monetária. É também o centro de um sistema de valores particular, do qual emerge a prática laboriosa e criativa do trabalho, o gosto pelo negócio e pelo dinheiro, a inclinação para o luxo, o senso da beleza. É ainda um sistema de organização de um espaço fechado com muralhas, onde se penetra por portas e se caminha por ruas e praças e que é guarnecido por torres.

LE GOFF, J.; SCHMITT, J.-C. Dicionário temático do Ocidente Medieval. Bauru: Edusc, 2006.

No texto, o espaço descrito se caracteriza pela associação entre a ampliação das atividades urbanas e a

- a)** emancipação do poder hegemônico da realeza.
- b)** aceitação das práticas usurárias dos religiosos.
- c)** independência da produção alimentar dos campos.
- d)** superação do ordenamento corporativo dos ofícios.
- e)** permanência dos elementos arquitetônicos de proteção.



7. (Enem, 2019)

TEXTO I

A centralização econômica, o protecionismo e a expansão ultramarina engrandeceram o Estado, embora beneficiassem a burguesia incipiente

ANDERSON, P. In: DEYON, P. O mercantilismo. Lisboa: Gradiva, 1989 (adaptado).

TEXTO II

As interferências da legislação e das práticas exclusivistas restringem a operação benéfica da lei natural na esfera das relações econômicas.

SMITH, A. A riqueza das Nações. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (adaptado).

Entre os séculos XVI e XIX, diferentes concepções sobre as relações entre Estado e economia foram formuladas. Tais concepções, associadas a cada um dos textos, confrontam-se, respectivamente, na oposição entre as práticas de

- a) valorização do pacto colonial
— combate à livre-iniciativa.
- b) defesa dos monopólios régios
— apoio à livre concorrência.
- c) formação do sistema metropolitano
— crítica à livre navegação.
- d) abandono da acumulação metalista
— estímulo ao livre-comércio.
- e) eliminação das tarifas alfandegárias
— incentivo ao livre-cambismo.

8. (Enem, 2018) Os soviéticos tinham chegado a Cuba muito cedo na década de 1960, esgueirando-se pela fresta aberta pela imediata hostilidade norte-americana em relação ao processo social revolucionário. Durante três décadas os soviéticos mantiveram sua presença em Cuba com bases e ajuda militar, mas, sobretudo, com todo o apoio econômico que, como saberíamos anos mais tarde, mantinha o país à tona, embora nos deixasse em dívida com os irmãos soviéticos – e depois com seus herdeiros russos – por cifras que chegavam a US\$ 32 bilhões. Ou seja, o que era oferecido em nome da solidariedade socialista tinha um preço definido.

PADURA, L. Cuba e os russos. Folha de São Paulo, 19 jul. 2014 (adaptado).

O texto indica que durante a Guerra Fria as relações internas em um mesmo bloco foram marcadas pelo(a)

- a)** busca da neutralidade política.
- b)** estímulo à competição comercial.
- c)** subordinação à potência hegemônica.
- d)** elasticidade das fronteiras geográficas.
- e)** compartilhamento de pesquisas científicas



9. (Enem, 2020) Afirmar que a cartografia da época moderna integrou o processo de invenção da América por parte dos europeus significa que os conhecimentos dos ameríndios sobre o território foram ignorados pela cartografia europeia ou que eles foram privados de sua representação territorial e da autoridade que seus conhecimentos tinham sobre o espaço.

OLIVEIRA, T. K. Desconstruindo mapas, revelando espacializações: reflexões sobre o uso da cartografia em estudos sobre o Brasil colonial. Revista Brasileira de História, n. 68, 2014 (adaptado).

Na análise contida no texto, a representação cartográfica da América foi marcada por

- a)** asserção da cultura dos nativos.
- b)** avanço dos estudos do ambiente.
- c)** afirmação das formas de dominação.
- d)** exatidão da demarcação das regiões.
- e)** aprimoramento do conceito de fronteira.



10. (Enem, 2020) Porque todos confessamos não se poder viver sem alguns escravos, que busquem a lenha e a água, e façam cada dia o pão que se come, e outros serviços que não são possíveis poderem-se fazer pelos Irmãos Jesuítas, máxime sendo tão poucos, que seria necessário deixar as confissões e tudo mais. Parece-me que a Companhia de Jesus deve ter e adquirir escravos, justamente, por meios que as Constituições permitem, quando puder para nossos colégios e casas de meninos.

LEITE, S. História da Companhia de Jesus no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938 (adaptado).

O texto explicita premissas da expansão ultramarina portuguesa ao buscar justificar a

- a) propagação do ideário cristão.
- b) valorização do trabalho braçal.
- c) adoção do cativo na Colônia.
- d) adesão ao ascetismo contemplativo.
- e) alfabetização dos indígenas nas Missões





GABARITOS

- 1. A)** Enquanto José Murilo de Carvalho evidencia a importância das universidades para a construção de múltiplas identidades, Alfredo Ávila Rueda diminui essa importância e destaca o valor da circulação de impressos.
-
- 2. A)** Segundo o anúncio jornalístico, o escravizado fugitivo chegou a estabelecer relações de trabalho em sua primeira fuga, demonstrando uma prática de resistência que unia a fuga ao trabalho como forma de atestar a sua liberdade.
-
- 3. D)** Os movimentos contrários à vacinação questionavam não só a campanha forçada liderada pelo Instituto Soroterápico Federal, como também diversas outras políticas autoritárias e arbitrárias do governo contra a população mais pobre, como a expulsão do Centro da cidade e a demolição de suas moradias.
-
- 4. A)** O Estado Novo (1937-1945) representou o período que vigorou a ditadura personalista de Getúlio Vargas. Uma estratégia adotada pelo governo varguista para garantir legitimidade de seu governo se deu por meio da propaganda a partir do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) que visava exaltar os feitos do presidente, atrelado a promoção de uma censura sobre tudo aquilo que fugisse do projeto defendido pelo então presidente.
-
- 5. A)** O grande projeto de expansão do cristianismo a partir de uma estratégia de retomada de territórios considerados sagrados levou a Igreja Católica a um processo de militarização da própria instituição. Assim, as Cruzadas, expedições militares cujo principal objetivo era retomar a Terra Santa, promoveram o surgimento do monasticismo guerreiro, o que pode ser percebido na militarização do Hospital de Jerusalém, que é abordada no texto.
-
- 6. E)** As cidades medievais se tornaram, sobretudo na baixa idade média, um espaço de trocas comerciais centrado em uma economia monetária. Apesar do contraste com o ambiente feudal, as cidades mantiveram elementos arquitetônicos dos feudos, como as muralhas.
-



GABARITOS

7. B) No texto I, podemos observar as características do mercantilismo que, apesar de ter beneficiado à burguesia por algum tempo, fortaleceu mais o Estado e suas intervenções, trazendo obstáculos ao crescimento da classe burguesa. Já no texto II, Adam Smith realça a necessidade da livre iniciativa privada, da concorrência e das liberdades econômicas para o crescimento comercial.

8. C) O trecho aponta para o fato de que os países alinhados, seja ao bloco capitalista, seja ao bloco socialista acabavam permanecendo subjugados e, muitas vezes, dependentes financeiramente da potência hegemônica de cada bloco. Tal relação subordinação, no caso cubano, também pode ser percebida no desfecho da “crise dos mísseis”, quando as negociações foram realizadas entre EUA e URSS sem a participação das lideranças cubanas.

9. C) O uso da cartografia com um viés etnocêntrico, nesse caso com o uso do eurocentrismo, pelos colonizadores foi uma forma de apagar os conhecimentos dos nativos. O epistemicídio, que é a prática de apagar/negar os saberes de determinados povos, praticado pelos europeus se apresenta como mais uma das formas utilizadas para dominar os territórios americanos, neste caso, através da cartografia.

10. C) O texto inicia com o relato de que seria uma justificativa para a escravidão, pois afirma “não se poder viver sem alguns escravos”, para realizar serviços braçais que os próprios jesuítas supostamente não estariam aptos para fazer, como afirma o autor do trecho.

**AGORA É SÓ
CHUTAR PRO GOL
E COMEMORAR
A APROVAÇÃO**

